



Marcello Averbug

Consultor econômico em Washington, economista aposentado do BNDES, ex-professor da UFF e autor do livro *Escritos itinerantes: economia e política*



Conjuntura e estrutura

Observando os textos e noticiário econômicos publicados há vários anos no âmbito internacional, percebe-se a predominância da abordagem a temas de conjuntura. Destaque quase absoluto é concedido ao comportamento, por exemplo, das contas públicas, inflação, taxa de juros, mercado cambial, balanço de pagamentos, sistema financeiro e bolsa de valores.

Ênfase semelhante ocorre na esfera governamental, onde os esforços se concentram em disciplinar o desempenho dessas variáveis. Tal atitude das autoridades públicas é até compreensível, tendo em vista a pressão exercida pelas traquinices de origem conjuntural.

Uma justificativa de caráter teórico à mencionada predominância consiste em que a superação dos desequilíbrios nessa esfera proporciona cenário favorável ao espontâneo desenvolvimento econômico e social. Esse enfoque é correto para alguns países, mas não se aplica a outros, entre eles o Brasil. Na verdade, há décadas os governantes brasileiros vêm tentando pilotar o conjunto de tais desequilíbrios sem atingirem pleno êxito, com exceção do Plano Real, enquanto o crescimento do PIB permanece inibido.

A realidade acima apontada conduz à seguinte pergunta: o alcance de

razoável tranquilidade conjuntural é possível sem o simultâneo enfrentamento das questões estruturais enraizadas no organismo nacional? Todas as evidências indicam não ser possível. No entanto, as políticas públicas predominantes há longos anos conflitam com essa resposta.

Enquanto não forem enfrentadas as carências impregnadas nas áreas de educação, saúde, equidade social, competitividade e produtividade, transporte, energia, sistema tributário, gigantismo e ineficiência do arcabouço estatal, segurança pública, qualidade ambiental, equipamento urbano, regulamentação setorial etc., todas de caráter estrutural, pouco será obtido em termos do controle do elenco total de indicadores alusivos ao país. Porém, a dificuldade básica em aderir com ênfase a essa conclusão localiza-se na montagem de apropriado esquema de financiamento aos investimentos nas áreas mencionadas.

Isto é, parcela substancial dos projetos necessários requer envolvimento estatal, cujo panorama orçamentário inibe o gasto público, tanto no Brasil quanto em outros recantos do globo. Nosso país não dispõe de um mecanismo de financiamento a investimentos de grande porte no volume suficiente para implementar os projetos requeridos e, ao mesmo tempo,

que seja imune ao demasiado endividamento público. Os recursos via BNDES, BID e Banco Mundial contêm limites e, neste momento, a disponibilidade de parcerias com o setor privado encontra-se aquém do nível ideal. Essa, aliás, é uma das razões pelas quais os núcleos de pensamento econômico deveriam dedicar-se com maior empenho a conceber análises sobre todos os aspectos vinculados às carências estruturais.

Vale ressaltar a não imunidade das nações desenvolvidas às carências desse gênero. Os Estados Unidos são um caso típico: por exemplo, a taxa de crescimento do PIB americano seria mais elevada se as debilidades em seu sistema de transporte ferroviário e portuário fossem resolvidas e, também, se fosse atenuado o grau prevalente de concentração social de renda, o mais acentuado entre os vigentes no mundo desenvolvido. É surpreendente a insensibilidade da classe política e da sociedade americana em geral ante o impacto de fatos como esses sobre o visual econômico e social do país.

Em contraste com o hoje observado, ao longo do século XX uma expressiva safra de economistas focou questões de natureza estrutural, alcançando grande ressonância. Entre eles, destacam-se Albert Hirshman, Arthur Lewis, Raul Prebisch, Celso Furtado, Gunnar Myrdal, Hans Singer e Michael Kalecki. Nos anos 50, 60 e 70, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, da ONU) atuou como propagadora da ótica estruturalista nos países da região, mas não obteve acolhida por parte dos governantes locais.

Apesar do panorama descrito, não há motivos para embarcarmos em uma visão fatalista pela qual seria tarde para o Brasil se lançar na inovação tecnológica

Recentemente, o economista que logrou maior repercussão na abordagem dessa categoria de temas foi o francês Thomas Piketty, mediante pesquisas sobre concentração social de renda. Seus livros demonstram como se agravou o contraste entre a renda das classes extremas em grande parte das nações, e comentam as consequências perigosas desse fenômeno.

Com referência ao Brasil, cada uma das áreas apontadas como demandantes de atenção prioritária merece exaustiva análise, algo inatingível neste artigo. Justifica-se, porém, comentar pelo menos o caso da raquítica capacidade instalada no campo da inovação tecnológica. Apesar de historicamente comprovado seu papel essencial ao desenvolvimento econômico, essa atividade jamais foi privilegiada como alvo de medidas estimuladoras. Existem algumas exceções setoriais louváveis, mas o quadro predominante é insuficiente para destacar o Brasil como gerador de tecnologia.

Os países que, desde meados do século XX, ingressaram em um processo de desenvolvimento econômico amplo, profundo e duradouro foram aqueles onde houve empenho em montar um robusto mecanismo de criação científico-tecnológica. Na verdade, essa constatação aplica-se a todas as fases históricas da humanidade.

Japão, China, Coreia do Sul e Israel lograram transformar substancialmente seus perfis econômicos, ao longo do pós-Segunda Guerra, graças à ênfase atribuída à pesquisa tecnológica aplicada ao sistema produtivo, atitude propiciadora de elevado nível de competitividade. Em contraste, os países não desenvolvidos que experimentaram menos transformações modernizantes são aqueles onde inexistiu semelhante ênfase, além de descuidarem da educação básica.

Apesar do panorama descrito, não há motivos para embarcarmos em uma visão fatalista pela qual seria tarde para o Brasil se lançar na inovação tecnológica. Inúmeras possibilidades encontram-se disponíveis em vários segmentos, inclusive nos de industrialização de bens de origem primária, preservação ambiental e processos de produção limpos e verdes. Existe espaço para avançar nesses campos e conquistar relevância internacional.

Enfim, o elenco de conexões entre estrutura e conjuntura é inesgotável. Essa realidade evidencia a urgência em buscar melhor equilíbrio entre as ênfases direcionadas a ambas as esferas, pois se trata da única alternativa para lograr satisfatório desenvolvimento econômico e social, sob ambiente de estabilidade. 